

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia

Concurso Público
Edital 01/2024



Analista Judiciário – Oficial de Justiça

MANHÃ

PROVA TIPO 4 – AZUL



49



661

006610004915000028

CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA

Supermercado indenizará em R\$ 15 mil jovem acusado de furtar chinelo

Juiz destacou a importância da dignidade e honra do indivíduo, considerando a abordagem discriminatória da fiscal do estabelecimento.

O Juiz de Marialva, Devanir Cestari, da vara cível do Foro Regional de Marialva/PR, condenou um supermercado a pagar R\$ 15 mil de indenização por danos morais a um jovem abordado injustamente por uma fiscal de ter roubado chinelos do local.

O incidente ocorreu quando o jovem, acompanhado de amigos após uma partida de futebol, estava pagando suas compras no caixa. A fiscal o questionou se os chinelos que usava tinham sido furtados da prateleira, considerando que ele carregava as chuteiras debaixo do braço.

O calçado havia sido comprado pela mãe do rapaz poucos dias antes.

Segundo o magistrado, “a abordagem de qualquer cliente somente se justifica se houver fundadas suspeitas de alguma ilegalidade, o que absolutamente não ocorreu porque nem mesmo havia mero indício de furto, à exceção da predileção de se abordar, sem maiores cautelas e critérios, jovem de cor escura e pobre, já que se desconfia que, se fosse o contrário (aparência de rico, bem-vestido e branco), possivelmente isso jamais teria ocorrido”.

A jurisprudência do TJ/PR estabelece que o dano moral deve ser indenizado quando o exercício de um direito é exacerbado e afeta a dignidade do ofendido.

Na fundamentação da sentença, o Juiz ressaltou que o dano moral deve cumprir um papel punitivo e desestimulador.

O magistrado também recorreu à lição de José de Aguiar Dias, para quem o dano moral “consiste na penosa sensação da ofensa, na humilhação perante terceiros, na dor sofrida, enfim, nos efeitos puramente psíquicos e sensoriais experimentados pela vítima do dano”.

Complementando, citou Antônio Jeová Santos, que aponta que o “dano é um mal, um desvalor ou contravalor, algo que se padece com dor, posto que nos diminui e reduz; tira de nós algo que era nosso”.

A doutrina de Sílvio de Salvo Venosa foi usada para reforçar que o dano moral causa “um distúrbio anormal na vida do indivíduo; uma inconveniência de comportamento”.

Sérgio Cavalieri também foi mencionado, definindo o dano moral como “a dor, vexame, sofrimento ou humilhação que, fugindo à normalidade, interfira intensamente no comportamento psicológico do indivíduo”.

O Juiz concluiu que a decisão se baseia na necessidade de proteger a honra e a dignidade humana, especialmente em situações de consumo e considerando questões sociais e étnicas.

(Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/>. Acesso em: novembro de 2024.)

Questão 01

Dentre os mecanismos de coesão textual, alguns termos e expressões são utilizados para estabelecer a manutenção do referente no texto. Assinale a alternativa em que o termo destacado **NÃO demonstra** o exposto anteriormente:

- A) “[...] estava pagando suas compras no caixa.” (2º§)
- B) “[...] possivelmente isso jamais teria ocorrido.” (4º§)
- C) “A jurisprudência do TJ/PR estabelece que o dano moral deve ser indenizado [...]” (5º§)
- D) “A fiscal o questionou se os chinelos que usava tinham sido furtados da prateleira, [...]” (2º§)
- E) “Segundo o magistrado, ‘a abordagem de qualquer cliente somente se justifica se houver fundadas suspeitas [...]’” (4º§)

Questão 02

“O incidente ocorreu quando o jovem, acompanhado de amigos após uma partida de futebol, estava pagando suas compras no caixa. A fiscal o questionou se os chinelos que usava tinham sido furtados da prateleira, considerando que ele carregava as chuteiras debaixo do braço.” (2º§) Considerando o trecho destacado, pode-se afirmar quanto à coesão textual, elemento de contribuição para a organização do texto, que:

- A) A expressão “suas compras” faz referência aos amigos do jovem que estavam em companhia dele naquele momento.
- B) Em “A fiscal o questionou”, o elemento de coesão textual que estabelece referência com “o jovem” pode ser identificado, ainda que implicitamente.
- C) A expressão “O incidente” promove o desenvolvimento da sequência narrativa de modo a chamar a atenção do leitor para um fato que posteriormente será anunciado.
- D) A expressão “o jovem” faz referência a uma informação já introduzida no texto, além de conferir ao enunciado a ética como característica própria do gênero textual apresentado.
- E) Em “suas compras” fica claro que além do jovem citado, os demais amigos estavam envolvidos no mesmo tipo de ação, confirmando o questionamento feito irregularmente a apenas um deles.

Questão 03

Observe o período “A fiscal o questionou se os chinelos que usava tinham sido furtados da prateleira, considerando que ele carregava as chuteiras debaixo do braço.” (2º§); relacionando-o com a informação apresentada no título do texto, pode-se afirmar que:

- A) Trata-se de um exemplo da situação apresentada no título.
- B) Não há diferença de sentido entre uma informação e outra.
- C) Há oposição entre as atitudes indicadas em relação ao jovem.
- D) Há diferente modalização da linguagem referente à abordagem ao jovem.
- E) A ambiguidade presente no título do texto é desfeita no período destacado.

Questão 04

Considerando o emprego da vírgula em “O incidente ocorreu quando o jovem, acompanhado de amigos após uma partida de futebol, estava pagando suas compras no caixa.” (2º§) pode-se afirmar que:

- A) Apenas a segunda vírgula é obrigatória.
- B) Apenas a primeira vírgula é obrigatória.
- C) O uso de vírgulas, nesse caso, é facultativo.
- D) O trecho entre vírgulas trata-se de oração explicativa.
- E) O deslocamento do trecho entre vírgulas poderia eliminá-las.

Questão 05

Alguns vocábulos da língua não acentuados graficamente podem passar a apresentar o acento gráfico devido à variação em sua apresentação como, por exemplo, na mudança do singular para o plural ou o contrário. Assinale, a seguir, o excerto que apresenta termo que exemplifica o processo expresso anteriormente.

- A) “A jurisprudência do TJ/PR estabelece que o dano moral deve ser indenizado quando [...]” (5º§)
- B) “A doutrina de Silvio de Salvo Venosa foi usada para reforçar que o dano moral causa [...]” (9º§)
- C) “Na fundamentação da sentença, o Juiz ^{JUIZ - JUÍZES}ressaltou que o dano moral deve cumprir um papel punitivo e desestimulador.” (6º§)
- D) “[...] já que se desconfia que, se fosse o contrário (aparência de rico, bem-vestido e branco), possivelmente isso jamais teria ocorrido.” (4º§)
- E) “O magistrado também recorreu à lição de José de Aguiar Dias, para quem o dano moral ‘consiste na penosa sensação da ofensa, [...]’” (7º§)

Questão 06

Em “O calçado havia sido comprado pela mãe do rapaz poucos dias antes.” (3º§), a expressão “havia sido comprado” só NÃO pode ser substituída por:

- A) “fora comprado”.
- B) “fosse comprado”.
- C) “teria sido comprado”.
- D) “tinha sido comprado”.
- E) “já havia sido comprado”.

Questão 07

Em “Sérgio Cavaliéri também foi mencionado, definindo o dano moral como ‘a dor, vexame, sofrimento ou humilhação que, fugindo à normalidade, interfira intensamente no comportamento psicológico do indivíduo’.” (10º§), é possível identificar o emprego do acento grave indicativo de crase, que seria mantido caso:

- A) “normalidade” fosse substituído por “expectativa”.
- B) “à normalidade” fosse substituído por “à princípio”.
- C) “fugindo” fosse substituído por “não identificando”.
- D) Houvesse omissão do complemento verbal da ação “fugir”.
- E) “fugindo à normalidade” fosse substituído por “de acordo com à normalidade”.

Questão 08

Considerando o texto, assim como o suporte textual em que é veiculado, pode-se afirmar que sua principal finalidade é:

- A) Persuadir o leitor a concordar com a decisão proferida pelo Juiz.
- B) Confrontar, por meio de informações, comportamentos e atitudes racistas presentes no cotidiano.
- C) Apresentar informação conferindo visibilidade a acontecimento cuja temática mostra-se relevante para a sociedade.
- D) Fazer com que o leitor reconheça e se posicione sobre a realidade da existência da prática de racismo presente na sociedade.
- E) Desenvolver a consciência de um número considerável de pessoas, por meio do alcance midiático, assim como a participação no debate social referente à questão da igualdade racial.

Questão 09

A mesma justificativa de acentuação gráfica pode ser identificada no grupo indicado em:

- A) é, já, vítima.
- B) contrário, é, também.
- C) indício, cível, aparência.
- D) critérios, indivíduo, distúrbio.
- E) após, inconveniência, também.

Questão 10

Considerando ainda o título “Supermercado indenizará em R\$ 15 mil jovem acusado de furtar chinelo”, assinale, a seguir, a afirmativa correta.

- A) É possível reconhecer a importância da ação do jovem.
- B) O furto do chinelo, assim como a acusação, não podem ser confirmados no texto considerando-se a decisão punitiva declarada.
- C) A autoria da acusação está explicitada sintaticamente pelo emprego da forma verbal na construção do período que o constitui.
- D) A compreensão do título de forma isolada ocorre por meio de pressupostos possíveis e pode ser confirmada a partir da leitura do texto do qual faz parte.
- E) Considerando as funções sintáticas ocupadas por “supermercado” e “jovem acusado”, pode-se reconhecer todo o contexto da informação apresentada no título.

Questão 11

Nomes como “José de Aguiar Dias”, “Antônio Jeová Santos”, “Sílvio de Salvo Venosa” e “Sérgio Cavalieri” foram citados com o propósito comunicativo, principalmente, de demonstrar:

- A) Estratégia argumentativa utilizada pelo magistrado.
- B) A importância dos nomes citados para a compreensão do texto e da situação abordada.
- C) Narrativas distintas que contribuem com o fortalecimento da argumentação em relação à tese defendida.
- D) Comprometimento do magistrado com os impasses causados por situações sobre as quais expressa seu parecer.
- E) A inserção indireta da voz de especialistas que contribuem para o entendimento da situação ocorrida, discorrendo sobre ela.

Questão 12

Uma reescrita do título “Supermercado indenizará em R\$ 15 mil jovem acusado de furtar chinelo”, cuja intencionalidade comunicativa objetivasse modificar a relevância informacional inicial, considerando sua organização estrutural, seria:

- A) “Supermercado indenizará em apenas R\$ 15 mil jovem acusado por furtar chinelo”.
- B) “Jovem acusado de furtar chinelo será indenizado em R\$ 15 mil por supermercado”.
- C) “Estabelecimento comercial será obrigado a indenizar em R\$ 15 mil jovem acusado de furtar chinelo”.
- D) “Condenado! Supermercado promoverá indenização em R\$ 15 mil de jovem acusado de furtar chinelo”.
- E) “Supermercado compensará – com um valor de R\$ 15 mil – ato ilegal contra jovem, acusado de furtar chinelo”.

Questão 13

Em “[...] a abordagem de qualquer cliente somente se justifica se houver fundadas suspeitas de alguma ilegalidade, o que absolutamente não ocorreu porque nem mesmo havia mero indício de furto, à exceção da predileção de se abordar, sem maiores cautelas e critérios, jovem de cor escura e pobre, já que se desconfia que, se fosse o contrário (aparência de rico, bem-vestido e branco), possivelmente isso jamais teria ocorrido.” (4º§), é possível observar:

- A) Afirmação, negação, justificativa e hipótese.
- B) Afirmação, negação, justificativa e mediação.
- C) Limitação, controvérsia, causa e consequência.
- D) Limitação, controvérsia, justificativa e condição.
- E) Hipótese, contradição, paradoxo e confirmação.

Questão 14

Em “O Juiz de Marialva, Devanir Cestari, da vara ^{ALGUÉM} cível do Foro Regional de Marialva/PR, condenou um supermercado ^{ALGO} a pagar R\$ 15 mil de indenização por danos morais a um jovem abordado injustamente por uma fiscal de ter roubado chinelos do local.” (1º§), pode-se afirmar que a preposição “a”, nas duas ocorrências destacadas, introduz:

- A) Adjuntos adnominais.
- B) Complementos verbais.
- C) Complementos nominais.
- D) Expressões com funções adverbiais.
- E) Termos subordinados sintaticamente.

Questão 15

A estrutura do período “O Juiz concluiu que a decisão se baseia na necessidade de proteger a honra e a dignidade humana, especialmente em situações de consumo e considerando questões sociais e étnicas.” (11º§), ao final do texto, demonstra que:

- A) A oração adverbial conclusiva é fundamental na construção do período para que a ideia não fique incompleta.
- B) Um período simples pode se apresentar suficiente na conclusão de um texto, finalizando-o de forma clara e objetiva.
- C) Uma oração pode exercer a mesma função sintática que um sintagma nominal é capaz de exercer sendo subordinada a uma principal.
- D) Embora haja independência entre as orações do período destacado, as relações de sentido entre os segmentos do período estão bem estabelecidas.
- E) A articulação de orações independentes ocorre por meio da expressão da relação de sentido pretendida pelo enunciador por meio de conectivo específico.

CONHECIMENTOS TRANSVERSAIS

Questão 16

Todas as afirmativas a seguir estão consoantes com o Modelo de Gestão por Competências, EXCETO:

- A) Modelo de gestão que trabalha, precipuamente, com três tipos de competências: organizacionais, técnicas e comportamentais. ✓
- B) Trata-se de um modelo de gestão que admite a possibilidade de o que é muito importante para um cargo pode ser irrelevante para outro.
- C) Modelo com foco na avaliação de resultados apresentados pelos funcionários/servidores em relação aos resultados que eram esperados de cada um deles. ✓
- D) Modalidade de gestão de pessoas que considera o alinhamento entre as competências identificadas como essenciais em cada cargo da instituição, com as competências apresentadas por seus ocupantes. ✓
- E) Modelo de gestão que permite que os funcionários/servidores passem por processos de desenvolvimento conforme as necessidades da organização, o que melhora os indicadores de forma geral e pode proporcionar um crescimento sustentável para a instituição. ✓

Questão 17

Considerando o âmbito de aplicação da Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei nº 14.133/2021), marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

- (F) O Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia deve obrigatoriamente aplicá-la quando no desempenho de sua função precípua, ou seja, no desempenho de sua atribuição de legislar.
- () A referida Lei não abrange fundos especiais que existam ou que possam vir a ser instituídos e controlados pela Administração Pública.
- (F) Não se subordinam à referida Lei os contratos firmados pelo Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, haja vista se tratar de uma instituição do Poder Judiciário estadual.

A sequência está correta em

- A) V, V, F.
- B) F, F, V.
- C) F, V, F.
- D) V, F, V.
- E) F, F, F.

Questão 18

Analise as situações hipotéticas a seguir.

- I. Em pesquisa realizada no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia (TJRO), procedeu-se à utilização de meios técnicos razoáveis e disponíveis no momento do tratamento, por meio dos quais um dado perde em definitivo a possibilidade de associação, direta ou indireta, a um indivíduo; no caso, foi realizado o procedimento de pseudonimização.
- II. João, analista judiciário do TJRO, ao realizar o tratamento de dados pessoais no Tribunal e em nome deste, é considerado controlador de dados para os fins da legislação pertinente; Maria, pessoa cujos dados pessoais foram tratados, a seu turno, é considerada agente de tratamento.
- III. Adonias, ao proceder com pedido de acesso a informações de interesse público perante o TJRO, nos termos da Lei de Acesso à Informação (Lei Federal nº 12.527/2011), deve informar seus dados de identificação, a especificação da informação requerida e o motivo determinante da solicitação de informações.
- IV. Ana, servidora efetiva do TJRO, e Mariana, estagiária em caráter temporário do mesmo Tribunal, devem observar os princípios e regras dispostos no Código de Ética e Conduta do Poder Judiciário do Estado de Rondônia. ✓

Está correto o que se afirma apenas em

- A) I.
- B) IV.
- C) II e III.
- D) I, II e III.
- E) II, III e IV.

Questão 19

Novembro é o mês dedicado, no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia (TJRO), à realização de Campanha de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio Moral, Sexual e à Discriminação. No mês de outubro, Helena, analista judiciária, foi incumbida por sua chefia imediata a elaborar cartilha informativa a ser distribuída nas diversas repartições do Tribunal a respeito do tema, de acordo com a Resolução nº 307/2023, do TJRO. No material produzido constaram as seguintes afirmativas, sobre as quais sua chefia apontou que apenas uma é correta; assinale-a.

- A) Recebida denúncia anônima de assédio moral, sexual ou discriminação, caberá às Comissões de Prevenção e Enfrentamento o levantamento de provas da materialidade dos fatos da notícia.
- B) Quando se amoldarem, direta ou indiretamente, ao conceito de discriminação trazido pela resolução, qualquer conduta será como tal considerada, desde que praticada de maneira intencional.
- C) São agentes públicos para a referida resolução, entre outros, magistrados, servidores efetivos e comissionados, ainda que sem vínculo efetivo com a Administração Pública, inclusive em exercício provisório.
- D) A resolução estabelece tratamento idêntico para todas as notícias recebidas pelas Comissões de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio Moral, Sexual e à Discriminação, sejam envolvendo magistrados, servidores efetivos ou comissionados.
- E) Considera-se “âmbito do Poder Judiciário do Estado de Rondônia”, para os fins da Resolução, qualquer local onde sejam desenvolvidas atividades da Instituição relacionadas à prestação jurisdicional de 1º e 2º graus e à administração, excetuadas aquelas relativas ao ensino, pesquisa, extensão e cultura.

Questão 20

O envelhecimento da população constitui uma das mais significativas mudanças demográficas no século XXI. Pela primeira vez na história haverá menos crianças do que pessoas idosas no mundo. Há cerca de 700 milhões de pessoas no mundo com mais de 60 anos (o que corresponde a aproximadamente 10% da população mundial) – até o final da década esse número atingirá 1 bilhão.

(PIOVESAN, F. *Temas de Direitos Humanos – 13ª Edição*. Rio de Janeiro: SRV, 2024.)

O crescimento da população idosa provoca inúmeras alterações sociais, seja de cunho familiar, seja quanto ao impacto laboral, financeiro, assistencial, previdenciário, no transporte, na cultura, na liberdade e na autonomia da vontade, no lazer e na saúde, mostrando-se cada vez mais relevante o estudo das condições da qualidade de vida da população idosa, em consonância com a dignidade da pessoa humana, a fim de garantir um envelhecimento digno. Nesse ínterim, há que se falar do surgimento de alguns mecanismos nacionais de proteção à pessoa idosa, entre eles, o Estatuto da Pessoa Idosa (Lei nº 10.741/2003). Com base no referido Estatuto, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

- A) Os crimes definidos nessa Lei são de ação penal pública condicionada à representação, o que prioriza a autonomia da pessoa idosa.
- B) Quem recusa, retarda ou omite dados técnicos indispensáveis à propositura da ação civil pública para a proteção dos direitos e interesses difusos ou coletivos, individuais indisponíveis e individuais homogêneos da pessoa idosa, quando requisitados pelo Ministério Público pratica, em tese, crime punível com detenção.
- C) É isento de pena o filho, maior e capaz, que furta, sem qualquer causa excludente de ilicitude, um relógio do seu genitor, com 80 anos de idade, por se enquadrar em uma situação abrangida pelas denominadas “escusas absolutórias”.
- D) Constitui crime a negativa de crédito motivada por superendividamento da pessoa idosa, uma vez que tal negativa fere a dignidade da pessoa humana.

A sequência está correta em

- A) V, V, V, V.
- B) F, F, V, V.
- C) V, V, F, V.
- D) F, V, F, V.
- E) F, F, F, F.

Questão 21

Os conceitos de infância, adolescência, sexo e gênero são construtos sociais reforçados por uma educação patriarcal e heterocisnormativa que estabiliza e padroniza a sociedade, por meio de um controle social e econômico. Como resultado, faz-se incomum a expectativa de ter um filho LGBTQIA+. Exames realizados durante a gestação podem reconhecer a genitália e o cariótipo do feto e a partir daí o bebê é designado como menino ou menina. Apesar de ultrassonografias e cariótipos não avaliarem orientação sexual e identidade de gênero, possibilidades diferentes da heterocisnormatividade não costumam ser concebidas na idealização que a família faz para esse indivíduo. No entanto, a criança imaginada pode não corresponder à real, seja ao nascimento, como acontece nos casos de crianças intersexo, ou, mais tardiamente, na infância e na adolescência.

(CIASCA, Saulo V.; HERCOWITZ, Andrea; JUNIOR, Ademir L. Saúde LGBTQIA+: práticas de cuidado transdisciplinar. Barueri: Manole, 2021.)

Em relação ao desenvolvimento da infância e da adolescência das pessoas LGBTQIA+, assinale a afirmativa **INCORRETA**.

- A) Não enxergar uma criança como ela é, mas como se quer que ela seja, é uma vivência frequente de LGBTQIA+.
- B) A rejeição parental e da sociedade geram impactos negativos na criança e no adolescente LGBTQIA+. No entanto, não há que se falar em repercussões de tais impactos na saúde física e mental na vida adulta, uma vez que cada fase vivida é independente e singular.
- C) A infância é um momento crucial para o desenvolvimento da personalidade do indivíduo. Segurança, confiança, autoestima, autonomia, iniciativa, sociabilidade e criatividade são alguns exemplos de capacidades adquiridas nesse momento da vida quando a criança é atendida em suas necessidades e estimulada adequadamente.
- D) Com a chegada da puberdade, os caracteres sexuais secundários começam a se desenvolver, causando em pessoas cisgênero um estranhamento inicial e uma aceitação e até orgulho posterior. A curiosidade pelo próprio corpo migra para o interesse pelos outros e a orientação sexual se torna mais clara, por meio da sensação de atração e desejos.
- E) Considera-se que a adolescência é a transição da infância para a vida adulta, caracterizada por transformação, mudança de estilo e de personalidade. Durante essa fase, a busca da identidade e da independência são os principais objetivos, e para conquistá-las o adolescente passa por uma fase de experimentação, testando comportamentos diferentes, modificando suas relações familiares, descobrindo o próprio corpo e desenvolvendo novas habilidades.

Questão 22

Uma empresa de mineração solicita licença ambiental para explorar um novo depósito mineral em uma área de bioma protegido por lei e com alta biodiversidade. A avaliação de impacto ambiental exigida pelo procedimento administrativo é o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) que, apresentado pela empresa, demonstrou que a atividade minerária causará **danos irreversíveis** ao ecossistema local, incluindo a extinção de espécies endêmicas. Diante desse cenário, com base na Constituição Federal de 1988, no conceito de desenvolvimento sustentável e na compreensão dos princípios do Direito Ambiental, assinale a afirmativa correta.

- A) A licença ambiental pode ser concedida, com base nos Princípios do Desenvolvimento Sustentável e da Atividade Econômica, desde que a empresa assegure benefícios econômicos destinados à redução das desigualdades regionais.
- B) A licença ambiental pode ser concedida, desde que a empresa obtenha autorização dos proprietários das terras adjacentes à área de mineração, diante serem os maiores interessados na preservação do meio ambiente diretamente afetado.
- C) A licença ambiental pode ser concedida, com fundamento no Princípio da Precaução, desde que a empresa implemente medidas mitigadoras eficazes para minimizar os impactos ambientais cientificamente confirmados pelo EIA, como a criação de uma unidade de conservação em outra área.
- D) A licença ambiental não pode ser concedida, com fundamento no Princípio da Prevenção, haja vista confirmação científica do irremediável impacto ambiental, por meio do EIA, cabendo ao poder público e à coletividade o dever de defender o meio ambiente e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.
- E) A licença ambiental deve ser concedida, com fundamento no Princípio da Prevenção, pois a atividade econômica é essencial para o desenvolvimento do país, incorporando-se, indissociavelmente, ao conceito de desenvolvimento sustentável, bastando que a empresa se comprometa a compensar os danos ambientais confirmados pelo EIA.

Questão 23

Um município situado em uma região de mata atlântica no Brasil, ao perceber o aumento da manipulação ambiental em áreas de preservação, decide regulamentar atividades de impacto ambiental dentro de seu território, elaborando normas próprias de fiscalização e licenciamento para empreendimentos que afetam diretamente a fauna e a flora locais. No entanto, alguns empresários do setor imobiliário contestaram a regulamentação municipal, alegando que apenas a União possui competência para legislar sobre o meio ambiente. Com base na situação hipotética descrita, conforme a interpretação da Constituição Federal de 1988 quanto às competências dos entes federativos para legislar sobre a proteção ambiental, assinale a afirmativa correta.

- A) A competência para legislar sobre o meio ambiente é privativa dos Estados e da União, sendo permitida ao município apenas a função de fiscalização e execução de atividades administrativas.
- B) O município possui competência para legislar de forma complementar sobre meio ambiente, desde que tal regramento seja harmônico com a disciplina estabelecida pelos demais entes federados.
- C) O município não possui competência para legislar sobre o meio ambiente, pois tal competência é exclusiva da União, sendo inconstitucional qualquer regulamentação ambiental por parte dos municípios.
- D) Apenas a União e os Estados possuem competência legislativa concorrente em matéria ambiental, sendo vedado ao município qualquer elaboração normativa cuja matéria seja de conteúdo ambiental.
- E) O município possui competência privativa para legislar sobre o meio ambiente em seu território, com fundamento na predominância do interesse local, estabelecendo normas gerais que prevalecem sobre as da União e dos Estados.

Questão 24

Considerando que a Lei Complementar nº 94, de 3 de novembro 1993, criou o Código de Organização e Divisão Judiciária do Estado de Rondônia (COJE), analise as afirmativas a seguir.

- I. Será obrigatoriamente Distrito Judiciário todo Município que não for sede de Comarca, e possuirá Juiz de Paz e oficial do registro civil das pessoas naturais que acumulará as funções de oficial de casamento e tabelião de notas.
- II. A Corregedoria-Geral da Justiça, órgão orientador e fiscalizador da Justiça Estadual, será exercida por um Desembargador com a denominação de Corregedor-Geral da Justiça, eleito para mandato de quatro anos, na forma do COJE e do Regimento Interno do Tribunal; ao Corregedor-Geral cabe promover a correição das Comarcas do Estado a cada dois anos.
- III. O Tribunal do Júri, na sua organização, composição e competência, obedecerá às disposições do Código de Processo Penal e funcionará na sede da Comarca; incumbe aos Juízes, ressalvada a competência das autoridades superiores, organizar o alistamento dos jurados para o Tribunal do Júri e proceder, anualmente, sua revisão.
- IV. Compõem o Sistema Estadual dos Juizados Especiais: I – a Turma de Uniformização de Jurisprudência; II – as Turmas Recursais; e III – os Juizados Especiais.

Está correto o que se afirma em

- A) I, II, III e IV.
- B) IV, apenas.
- C) II e III, apenas.
- D) II e IV, apenas.
- E) I, III e IV, apenas.

Questão 25

A Constituição do Estado de Rondônia, de 28 de setembro de 1989, trouxe importantes disposições acerca da organização do Estado. Analise as afirmativas a seguir acerca do Poder Judiciário e os Servidores Públicos Cíveis do Estado de Rondônia.

- I. Os servidores eleitos para dirigentes sindicais ficam à disposição do seu sindicato, com ônus para o órgão de origem; a categoria profissional cujo montante de servidores na base sindical seja de 1001 até 2000 servidores terá direito a licenciar até quatro servidores.
- II. Os vencimentos dos Desembargadores serão apreciados pela Assembleia Legislativa e não excederão a 90 inteiros e 25 centésimos por cento dos vencimentos dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, sem outras vantagens, exceto os adicionais por tempo de serviço, ficando sujeitos a impostos gerais, inclusive os de renda e os extraordinários.
- III. Compete ao Tribunal de Justiça processar e julgar originariamente: nas infrações penais comuns, o Vice-Governador, os Deputados Estaduais, o Procurador-Geral de Justiça, o Procurador-Geral do Estado e os Prefeitos; nas infrações penais comuns e nos crimes de responsabilidade, entre outros, os Juízes de Direito e os membros do Ministério Público. ✓
- IV. A Lei de Organização e Divisão Judiciária disporá sobre a Justiça de Paz, remunerada, composta de cidadãos nomeados, após a realização de concurso público de provas e títulos; tendo competência para, na forma da lei, celebrar casamentos, verificar, de ofício, ou em face de impugnação apresentada, o processo de habilitação, exercer atribuições conciliatórias, sem caráter jurisdicional, além de outras previstas em lei. Os Juízes de Paz, sem caráter jurisdicional, integrarão a administração da Justiça.

De acordo com a Constituição do Estado de Rondônia de 1989, está correto o que se afirma em

- A) I, II, III e IV.
- B) I e II, apenas.
- C) II e III, apenas.
- D) III e IV, apenas.
- E) I, II e III, apenas.

Questão 26

Durante o monitoramento dos sistemas do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia (TJRO), a equipe de segurança identificou várias ocorrências envolvendo diferentes tipos de *malware*. A seguir encontram-se situações reais que descrevem características e comportamentos observados em vírus, *worms* e outros tipos de pragas virtuais; analise-as.

- I. **Vírus**: um tipo de *malware* que infecta arquivos legítimos, depende de interação humana para se replicar e pode ser projetado para corromper dados. Em redes corporativas, é comum que vírus se espalhem automaticamente por conexões ativas, sem necessidade de interação adicional.
- II. **Worm**: um *malware* que se espalha automaticamente por redes, explorando vulnerabilidades de segurança, sem interação humana. Frequentemente, *worms* são projetados para aumentar o tráfego de rede e podem servir como ponto de entrada para *trojans*.
- III. **Ransomware**: um *malware* que criptografa os arquivos de um sistema e exige pagamento para liberar o acesso. Ele também pode ser programado para monitorar a atividade do usuário e enviar dados confidenciais para um servidor controlado pelo atacante.
- IV. **Trojan**: um *software* que aparenta ser legítimo, mas, ao ser executado, pode permitir controle remoto do sistema infectado. Não possui capacidade de replicação automática e geralmente é usado para instalar *backdoors* ou outros tipos de *malware*.
- V. **Spyware**: um *malware* projetado para capturar informações sensíveis, como dados de navegação, senhas e informações financeiras. Ele opera de forma discreta e pode ser instalado como parte de outros *malwares*, como *worms* ou *trojans*.

Está correto o que se afirma em

- A) I, II, III, IV e V.
- B) II, IV e V, apenas.
- C) II, III e IV, apenas.
- D) I, II, III e V, apenas.
- E) I, III, IV e V, apenas.

Questão 27

Uma pessoa designada ao cargo de analista de Tecnologia da informação (TI) do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia (TJRO) está investigando um problema de desempenho em determinado computador. Observou-se que um processo em segundo plano está consumindo muitos recursos de CPU, prejudicando o desempenho de outros programas essenciais. Evidencia-se a necessidade de alterar a prioridade do processo para liberar recursos de CPU para os aplicativos críticos. Qual é o local correto no *Windows* para alterar a prioridade de um processo em execução?

- A) Acessar o menu Configurações do *Windows*, na seção “Sistema e desempenho”, e ajustar a prioridade diretamente.
- B) Acessar o aplicativo Serviços, localizar o serviço correspondente ao processo e alterar sua prioridade nas configurações do serviço.
- C) Utilizar o Gerenciador de Dispositivos, localizar o processo relacionado e definir sua prioridade na guia de propriedades avançadas.
- D) Por meio do Gerenciador de Tarefas, localizar o processo e, em seus detalhes, selecionar o *status* de priorização em “Definir prioridade”.
- E) Navegar até o Painel de Controle, na seção “Gerenciamento de Energia”, e ajustar a prioridade dos processos por meio do plano de energia ativo.

HISTÓRIA E GEOGRAFIA DO ESTADO DE RONDÔNIA

Questão 28

Ao considerar que o ano de 2014 foi um grande marco na proposta de Gestão de Águas no Estado de Rondônia, por ser decretada uma série de Comitês de Bacia Hidrográfica pelo então governador Confúcio Moura, a identificação das características de cada município inserido nos Comitês de Bacia Hidrográfica – CBH pode converter-se em um instrumento de reflexão, tanto para a diretoria dos CBH quanto aos gestores municipais inseridos na mesma.

(SILVA, F. M.; CARMELLO, N.; MEDEIROS, P. S. de M. de. Relatório de análise estatística da bacia hidrográfica dos rios Branco e Colorado – RO. Ciência Geográfica. Bauru, vol XXV, num 2, jan/dez 2021, pp 513-528.)

A importância da bacia dos rios Branco e Colorado, no que se refere à produção econômica regional e às questões socioambientais em Rondônia, se articula aos seguintes fatores, EXCETO:

- A) Desenvolvimento de atividades econômicas centrais para o estado de Rondônia, como a oferta de serviços qualificados.
- B) Presença da Comunidade Quilombola Pedras Negras, localizada no encontro das bacias desses dois rios com o rio Guaporé.
- C) Múltiplos usos das águas desta bacia, desde a geração de energia hidrelétrica até a utilização para irrigação e piscicultura.
- D) Concentração de atividades econômicas na porção noroeste do CBH-RCB, onde se observa maior número de outorgas para uso das suas águas.
- E) Presença de áreas destinadas a terras indígenas e reservas biológicas, a exemplo da Terra Indígena Massaco e Reserva Biológica do Guaporé.

CONCURSO PÚBLICO – Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia

Questão 29

No dia 8 de maio de 2023 ocorreu, na cidade Porto Velho, Rondônia, o lançamento do relatório do Conselho Nacional de Direitos Humanos – CNDH e do caderno de conflitos no campo (2022) da CPT. Segundo os dados do relatório do CNDH e da CPT, Rondônia é o estado da Amazônia onde mais se mata lutadores de direitos humanos, da luta pela terra, territórios e natureza. A abertura desta urgente pauta foi marcada pelo relato de lideranças indígenas, quilombolas e camponeses sobre a violência direcionada às camadas da sociedade – notadamente, as minorias.

(MATOS, L. Cercamentos expropriatórios sobre os grupos comunitários na Amazônia: análise de um território camponês em Rondônia. Terra Livre, São Paulo, ano 38, vol. 2, nº 61, 2023.)

A intensificação dos conflitos socioambientais na região amazônica e em Rondônia, em particular, tem ocorrido em decorrência dos seguintes fatores, EXCETO:

- A) Exploração ilegal de madeira de elevado valor comercial.
- B) Aumento de atividades de mineração em terras indígenas.
- C) Disputas em torno de diferentes usos para as bacias hidrográficas.
- D) Extrativismo de produtos florestais e manejo florestal sustentável.
- E) Cercamentos expropriatórios sobre os territórios dos grupos comunitários.

Questão 30

Analise as assertivas correlatas e a relação proposta entre elas.

- I. “A cafeicultura, que já foi uma das principais atividades econômicas de Rondônia, passou por um processo de desaceleração na produção e de redução de sua importância na economia regional entre 2001 e 2010. Entretanto, a partir de 2010, voltou a ganhar importância, destacando-se desde então como a terceira atividade agrícola em termos de área cultivada e a quarta do estado em relação ao valor total da produção no estado.” ✓

PORQUE

- II. “Essa reativação e retomada da importância da cafeicultura para a economia de Rondônia é resultado de um processo de modernização da atividade, com a introdução de novas tecnologias ao meio produtivo, possibilitadas a partir de instituições públicas e privadas que desenvolvem novas técnicas, elevando a produtividade e qualidade do produto estadual.”

(SILVA, E. A. da. et.al. Transição sociotécnica na cadeia produtiva do café no estado de Rondônia. Revista Ciências da Sociedade, vol. 4, nº 7, 2020.)

Assinale a alternativa correta.

- A) A assertiva I é verdadeira; e a II falsa.
- B) A assertiva I é falsa; e a II verdadeira.
- C) As duas assertivas são falsas.
- D) As duas assertivas são verdadeiras, mas não estabelecem relação entre si.
- E) As duas assertivas são verdadeiras, e a II é uma justificativa correta da I.

Questão 31

Analise as assertivas correlatas e a relação proposta entre elas.

- I. “A importância estratégica da região (amazônica) e a necessidade de seu melhor conhecimento e uma devida “ocupação”, podem ser mensuradas pelos mapas desenvolvidos tanto por portugueses quanto por espanhóis entre os séculos XVIII e XIX. Neles há protagonismo do vale do Guaporé-Mamoré-Madeira, inclusive um forte foi planejado e construído às margens do Guaporé como consolidação da fronteira portuguesa na região.”

PORQUE

- II. “O desenvolvimento industrial da segunda metade do século XIX, principalmente com a expansão da indústria automobilística no final desse século, levou ao interesse de grandes empresas internacionais na extração e compra da borracha, que era extraída de árvores seringueiras nativas da região amazônica.”

(ALCANTRA, Mauro. Uma breve contextualização sobre a “ocupação” e “colonização” do estado de Rondônia. In: LUMBRERAS, J. F. et.al. Orgs. Anais da XII Reunião Brasileira de Classificação e Correlação de Solos – XII RCC. Guia de campo – pesquisas coligadas. SBCS/Núcleo Regional Noroeste. Porto Velho, 2017.)

Assinale a alternativa correta.

- A) A assertiva I é verdadeira; e a II falsa.
- B) A assertiva I é falsa; e a II verdadeira.
- C) As duas assertivas são falsas.
- D) As duas assertivas são verdadeiras, mas não estabelecem relação entre si.
- E) As duas assertivas são verdadeiras, e a II é uma justificativa correta da I.

Questão 32

A atividade pesqueira artesanal está presente em todo o território de Rondônia. Ao analisar e relacionar as Colônias de Pescadores de Rondônia – entidade onde os pescadores são profissionais e estão organizados legalmente –, constatou-se a expressiva presença em 17 dos 52 municípios rondonienses, representado 33% do total. Isso comprova a forte presença da pesca artesanal em municípios, distritos e pequenas localidades que a praticam como relevante atividade.

(CRUZ, S. de S. L.; SILVA, R. G. da C. Território pesqueiro artesanal no estado de Rondônia: análise e reflexões. Revista Contribuciones a las ciencias Sociales, vol. 16, nº 2, 2023. Adaptado.)

A respeito da atividade pesqueira artesanal em Rondônia, assinale a afirmativa **INCORRETA**.

- A) A pesca continua sendo a principal fonte de proteína animal para toda a população ribeirinha, que tem na sua extração fonte de alimento e sustento familiar.
- B) Os pescadores artesanais são responsáveis por todas as etapas do trabalho, desde a pesca propriamente dita, ao reparo nos equipamentos e comercialização dos peixes.
- C) Os pescadores artesanais encontram nessa atividade não apenas uma fonte geradora de emprego e renda, mas uma forma de construir relações sociais e seu modo de vida. ✓
- D) A pesca artesanal se constitui em uma das mais tradicionais atividades extrativistas e de subsistência do estado, ocupando parte significativa da mão de obra nas cidades ribeirinhas.
- E) A pesca artesanal é uma atividade que utiliza embarcações de médio e grande porte e equipamentos modernos, porém adequados às características das bacias hidrográficas locais.

Questão 33

Leia o fragmento a seguir, escrito pelo geógrafo Ricardo Gilson da Costa Silva, professor da UNIR/RO.

A ferrovia foi o primeiro sistema de engenharia produzido no espaço regional que efetivamente conduziu a dois processos geográficos estruturantes em Rondônia. Primeiro, a ferrovia espacializa a totalidade e a modernidade do mundo na periferia brasileira; segundo, introduz uma efetiva ocupação regional que será reproduzida em vilas, povoados e cidades, adentrando o território, sendo a gênese da ocupação regional.

(SILVA, R. G. da C. Espaço, sociedade e natureza em Rondônia. Revista GeoAmazônia, Belém, nº 2, vol. 1, 2014.)

Assim, a ocupação do espaço de Rondônia se realiza a partir de:

- I. Efetiva presença do estado e das atividades econômicas que vão constituir o espaço rondoniense e que se articulam à construção da ferrovia Madeira-Mamoré. ✓
- II. Novo estímulo à ocupação e exploração econômica regional ao longo das décadas de 1920 a 1940, a partir da extração de cassiterita e minério de ferro.
- III. Estímulo do estado à colonização e produção agropecuária a partir da década de 1970, com expansão das monoculturas de café e soja no estado.
- IV. Impactos regionais relacionados à construção da hidrovia Madeira-Amazonas, vinculada à expansão do agronegócio, em especial da soja.

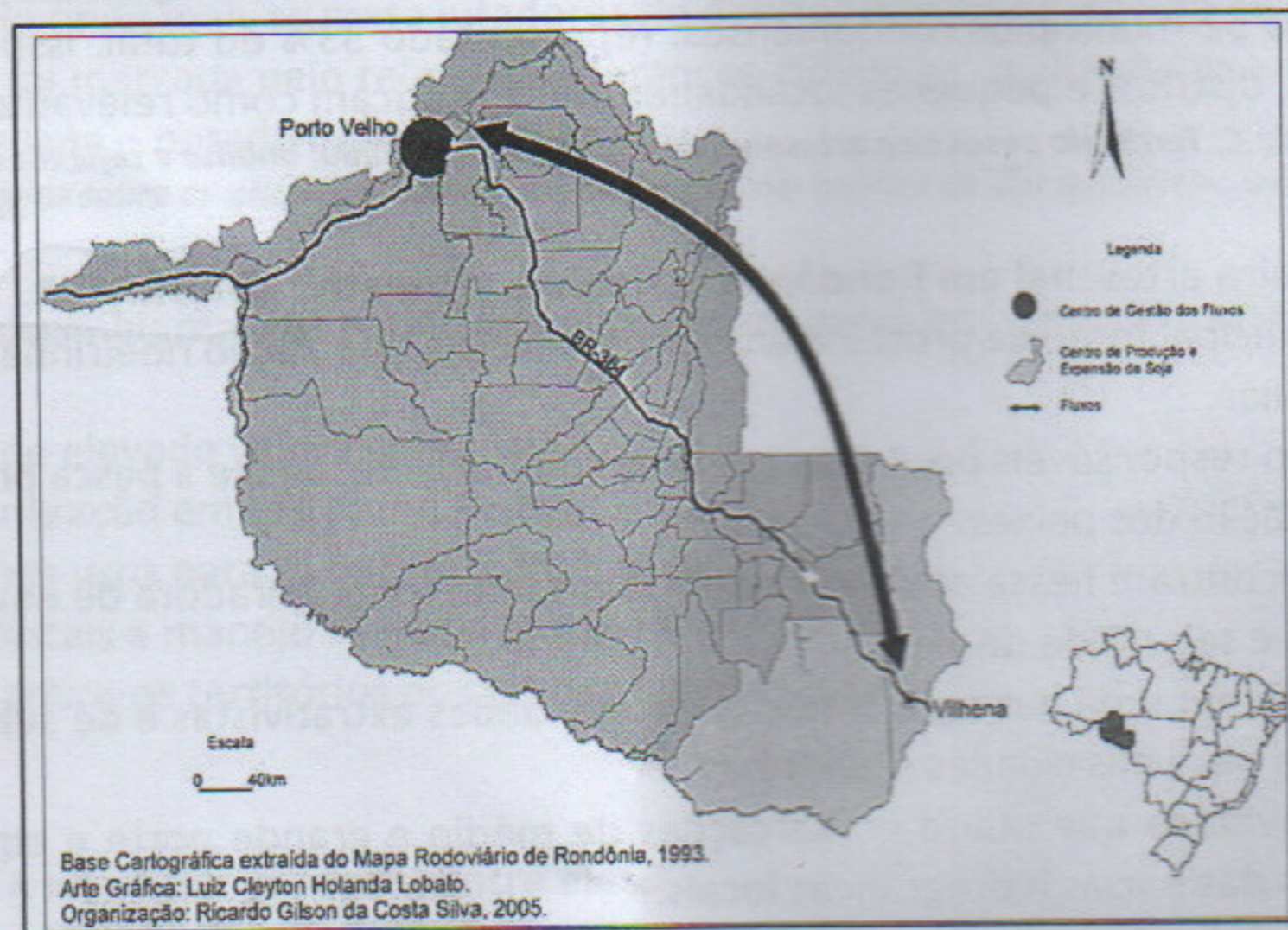
Sobre o processo de ocupação e produção do espaço de Rondônia, está correto o que se afirma apenas em

- A) I e II.
- B) II e IV.
- C) I e IV.
- D) I, III e IV. ✓
- E) II, III e IV.

Questão 34

Observe o mapa e leia o fragmento de texto a seguir.

Centro de produção de soja (Vilhena) e o centro de gestão dos fluxos (Porto Velho) interligados pela BR-364



A trajetória econômica rondoniense demonstra a rapidez das transformações espaciais, quando o modelo econômico extrativista-fluvial predominante até a década de 1960, se transforma em produção agropecuária a partir da implantação de projetos de colonização agrícola na década de 1970. Rompe-se o extrativismo na medida em que a agropecuária passa a ser produzida em escala comercial, dando origem à estrutura fundiária com pequenas, médias e grandes propriedades.

(RICARTE, C. A. de A.; SILVA, R. G. da C. *Agrohidronegócio e dinâmicas territoriais em Rondônia*. Revista GEONORTE, vol. 8, nº 28, 2017.)

Considerando a análise do mapa e a rapidez das transformações espaciais no território rondoniense, assinale a afirmativa **INCORRETA** a respeito desse processo.

- A) A economia rondoniense, até a década de 1960, resumiu-se praticamente à extração de borracha e castanha-do-pará; entretanto, a descoberta de ouro e cassiterita fomentou a imigração para o estado, o que resultou na reestruturação socioespacial sustentada pela pequena produção familiar.
- B) A partir do final da década de 1990, foram introduzidas em Rondônia as primeiras lavouras de soja, em particular na região conhecida como “Cone Sul rondoniense”, constituída pelos municípios de Vilhena, Colorado do Oeste, Corumbiara, Cerejeiras e Chupinguaia, o que tornou essa área o principal centro de produção de grãos do estado.
- C) Em Rondônia, o rio Madeira se converteu em um corredor de exportação de *commodities*, especialmente soja e milho, a partir da constituição de um sistema multimodal de transporte que articula a produção de grãos do oeste de Mato Grosso e da região de Vilhena à Hidrovia Madeira-Amazonas, à BR-364 e ao Porto da capital do estado. ✓
- D) O sistema agrícola, ancorado na produção de monoculturas de grãos, demanda recursos crescentes de terra e água e, em função disso, observa-se que o uso das águas na região – seja para transporte ou produção de energia – passou a ser interesse de grupos diversos que se apropriam dos bens naturais para a produção de *commodities* como a soja. ✓
- (E) A organização do espaço agrário rondoniense modelou-se a partir de processos de imigração espontânea da população nordestina, que, a partir do século XIX, afluiu para essa região fugindo das secas periódicas que assolavam a região da Caatinga, e que passaram então a desenvolver atividades econômicas em articulação com os povos indígenas que ali viviam.

CONCURSO PÚBLICO – Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia

Questão 35

A geografia física do estado de Rondônia caracteriza-se por um extenso domínio de terrenos de cotas modestas, em grande parte, embasados por rochas metamórficas, ígneas e sedimentares de diversas idades, resultantes de longos e elaborados períodos de aplainamento generalizado do relevo regional do estado. Essas vastas superfícies estão, invariavelmente, posicionadas em cotas entre 100 e 300 metros de altitude. Entretanto, ressalta-se, de forma disseminada ao longo do estado de Rondônia, um conjunto de terrenos dissecados em relevos residuais (destacando-se a Chapada dos Pacaás Novos, com altitudes que superam 1.000 metros, e a Chapada dos Parecis, sustentando cotas em torno de 600 metros). Destacam-se, ainda, as extensas zonas deposicionais localizadas nos dois eixos de drenagem principais no Estado: o vale do rio Madeira (em especial, a jusante de Porto Velho) e o amplo vale do rio Guaporé, este resultante de uma espreada sedimentação quaternária na Bacia do Guaporé.

(DANTAS, M. E. et.al. *Análise integrada das paisagens do estado de Rondônia*. In: LUMBRERAS, J. F. et.al. Orgs. *Anais da XII Reunião Brasileira de Classificação e Correlação de Solos – XII RCC. Guia de campo – pesquisas coligadas*. SBCS/Núcleo Regional Noroeste. Porto Velho, 2017.)

Considerando o excerto e, a respeito do ambiente amazônico e suas estruturas físicas e ambientais, é **INCORRETO** afirmar que:

- A) A depressão do rio Guaporé é caracterizada por extensas superfícies aplainadas e vastos tabuleiros de baixa altitude, com a presença de rios meandantes, cristas isoladas e *inselbergs* constituídos por litologias mais resistentes à erosão, destacando-se na paisagem a Serra do Colorado.
- B) Em relação ao relevo, a maior parte do estado é constituída por terras baixas caracterizadas como uma vasta depressão (Depressão Amazônica), sendo constituída tanto por tabuleiros e antigos terraços das formações Jaci-Paraná e rio Madeira quanto pelas superfícies aplainadas esculpidas sobre o Escudo Sul-Amazônico.
- C) Rondônia está quase toda situada no Domínio Morfoclimático das Terras Baixas Equatoriais da Amazônia, embora na região sul-sudeste do estado, mais especificamente nas imediações da cidade de Vilhena, sejam encontradas áreas relacionadas ao Domínio Morfoclimático dos Chapadões Semi-Úmidos recobertos por Cerrados.
- D) Na porção central do estado de Rondônia se localizam os Planaltos Sedimentares do Sul da Amazônia, com cotas altimétricas entre 300 e mais de 1.000 metros, a exemplo das serras de Pacaás Novos e Uopianes, em cujos topos é encontrada vegetação de Cerrado em contato com a floresta amazônica, presente nas escarpas e nos fundos de vales.
- E) Ao norte do estado de Rondônia são encontradas superfícies de aplainamento situadas no interior de uma vasta superfície rebaixada por subsidência tectônica, com cotas altimétricas entre 150 e 250 metros, que se apresenta, em parte, coberta por sedimentação fluviolacustre moderna e presença de relevo residual como cristas isoladas e *inselbergs*.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS DO CARGO/ESPECIALIDADE

Questão 36

Os direitos e garantias fundamentais receberam tratamento especial pela Constituição da República de 1988, no seu Título II. Nesse contexto, assinale, a seguir, o enunciado que **NÃO** está em consonância com a literalidade de um dos incisos do Art. 5º, da CR/1988.

- A) Ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei. ✓
- B) Conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, não amparado por *habeas corpus* ou *habeas data*, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do poder público. ✓
- C) Todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade, do Estado e para preservar os dados pessoais sensíveis dos indivíduos. ✓
- D) João, soldado do Exército Brasileiro, cometeu **crime militar** na data de 10/12/2024. Em 15/12/2024, policiais do Exército o abordaram na rua, quando ia para o quartel militar a trabalho, sem mandado judicial e sem situação de flagrante delito, e realizaram sua prisão. A conduta dos policiais do exército é lícita e está de acordo com a Constituição da República.
- E) As chuvas torrenciais ocorridas no Rio Grande do Sul causaram grandes desastres humanos e ambientais, e, com isso, a necessidade de prestação de socorro às vítimas. Maria, moradora humilde de uma casa na zona rural de Porto Alegre, se insurgiu contra a entrada dos bombeiros, de noite, em sua casa para salvarem seus netos, que dormiam dentro da casa, na iminência de alagamento, sem que houvesse situação de flagrante delito ou ordem judicial que a permitisse, especialmente por ser em período noturno. Contudo, seu marido Mário, esclareceu que a conduta dos bombeiros estava amparada por exceção constitucional. Mário está com a razão. ✓

CONCURSO PÚBLICO – Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia

Questão 37

Conforme o posicionamento adotado pelo Supremo Tribunal Federal (STF), assinale a afirmativa correta.

- A) O adiamento de exame de concurso público por motivo de biossegurança relacionado à pandemia da Covid-19 não impõe ao Estado o dever de indenizar.
- B) Com base nos princípios da segurança jurídica, da confiança, da ética jurídica e da boa-fé, o STF não admite a mitigação do princípio da nulidade, nas decisões que reconhecem a inconstitucionalidade das leis em controle difuso de constitucionalidade.
- C) Em regra, a medida cautelar em ação direta de inconstitucionalidade terá eficácia contra todos e efeitos retroativos, salvo se o Tribunal entender que deva conceder-lhe eficácia *ex nunc*. A concessão da medida cautelar torna aplicável a legislação anterior acaso existente, salvo expressa manifestação em sentido contrário.
- D) No julgamento da ADI 6247/DF, ajuizada pelo Procurador-Geral do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, o Supremo Tribunal Federal decidiu que a nomeação do Procurador-Geral de Justiça do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios deve seguir a sistemática dos Ministérios Públicos dos Estados, em que a nomeação é feita pelo Governador.
- E) É inconstitucional – por violação ao devido processo legal legislativo – a revogação, pela Emenda Constitucional nº 19/1998, da redação original do Art. 39 da Constituição Federal, que previa, no âmbito da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, a instituição de regime jurídico único para os servidores da administração pública direta, das autarquias e das fundações públicas.

Questão 38

O Procurador-Geral de Justiça do estado Delta ajuizou uma representação de inconstitucionalidade perante o Tribunal de Justiça local, questionando a validade da Lei Municipal nº X, que instituiu regime próprio de remuneração para servidores públicos municipais em desacordo com o regime de subsídio previsto no Art. 39, §4º, da Constituição Federal, tida como norma de reprodução obrigatória, mas que não fora reproduzida na Constituição Estadual. Diante desse contexto, conforme a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF), assinale a afirmativa correta.

- A) A representação de inconstitucionalidade não pode ser conhecida, pois depende de reprodução expressa da norma da Constituição Federal na Constituição Estadual.
- B) A representação de inconstitucionalidade não deve ser conhecida, pois deveria ser proposta em sede de Arguição de Descumprimento de preceito Fundamental (ADPF) federal ou estadual.
- C) A representação de inconstitucionalidade não deve ser conhecida, pois deveria ser ajuizada no Supremo Tribunal Federal, responsável por analisar a compatibilidade de normas municipais com a Constituição Federal.
- D) A representação de inconstitucionalidade deve ser conhecida, pois compete aos Tribunais de Justiça julgar leis municipais que têm como parâmetro a Constituição Federal e Estadual, independentemente de serem normas de reprodução obrigatória.
- E) Do julgamento da representação de inconstitucionalidade no Tribunal de Justiça, admite-se o recurso extraordinário ao Supremo Tribunal Federal quando o parâmetro de controle normativo local corresponder à norma de repetição obrigatória da Constituição Federal.

Questão 39

Considerando a jurisprudência recente do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre o exercício de competências legislativas pelos entes federativos, assinale a afirmativa correta.

- A) É inconstitucional a lei municipal que proíbe a soltura de fogos de artifício com estampidos, por invadir a competência privativa da União para legislar sobre proteção ambiental.
- B) É inconstitucional a lei estadual que estabelece prazo máximo para o atendimento de consumidores em estabelecimentos públicos e privados, por invadir a competência privativa da União para legislar sobre normas gerais de direito econômico.
- C) É constitucional a lei municipal que obriga *shopping centers* a manterem ambulatório médico ou serviços de pronto-socorro com médicos e ambulâncias, por tratar de matéria relacionada à saúde pública e ao interesse local, de competência municipal.
- D) É inconstitucional a lei estadual ou distrital que autoriza o pagamento parcelado, ou com cartão de crédito, de multas decorrentes de infrações de trânsito, por violar a competência privativa da União para legislar sobre trânsito e transporte (Art. 22, XI, CF/88).
- E) É constitucional a lei estadual que permite, ainda que excepcionalmente, a comercialização de carcaças de pneus importados usados, por tratar de uma questão ambiental e de saúde pública que pode ser regulada pelos estados dentro de sua competência concorrente.

COMPETÊNCIA LEGISLATIVA

CONCURSO PÚBLICO – Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia

Questão 40

A empresa X, contratada pela Administração Pública estadual em 2024, após a realização de licitação na modalidade pregão, indicou um preposto para representá-la perante a Administração durante a execução contratual. No tocante à execução do contrato administrativo, analise as afirmativas a seguir.

- I. O contratado deverá manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato. ✓
- II. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, mitigando essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante.
- III. A Administração tem o dever de explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução dos contratos, não cabendo avaliar se são ou não protelatórios.

Diante do caso narrado e das regras pertinentes aos contratos administrativos, está correto o que se afirma apenas em

- A) I.
 B) II.
 C) I e II.
 D) I e III.
 E) II e III.

Questão 41

A Lei nº 14.230/2021 alterou a Lei nº 8.429/1992 de maneira tão substancial que tem sido popularmente denominada de “Nova Lei de Improbidade Administrativa”. Assim, diante das regras da nova Lei de Improbidade e da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal a respeito, assinale a afirmativa correta.

- A) De acordo com a Suprema Corte brasileira, em relação à improbidade administrativa, não é possível o duplo regime sancionatório de agentes políticos, por configurar *bis in idem*.
- B) A indisponibilidade de bens decretada judicialmente no bojo da ação de improbidade recairá sobre bens que assegurem o integral ressarcimento do dano ao erário e os valores a título de multa civil.
- C) Segundo o Supremo Tribunal Federal, a norma benéfica da Lei nº 14.230/2021 que revogou a modalidade culposa do ato de improbidade administrativa retroage, inclusive em relação às decisões que já tenham feito coisa julgada.
- D) Em caráter excepcional e por motivos relevantes devidamente justificados, a sanção de proibição de contratação com o poder público pode extrapolar o ente público lesado pelo ato de improbidade, de forma a trazer punições mais severas, compatíveis com a infração, ainda que afete a função social da pessoa jurídica.
- E) Para o Supremo Tribunal Federal, a previsão na Lei de Improbidade que obriga todo agente público a apresentar sua declaração de imposto de renda e proventos de qualquer natureza busca assegurar mecanismos de fiscalização do patrimônio desses agentes, a fim de resguardar a moralidade e o erário, inexistindo ofensa à proporcionalidade.

Questão 42

Determinado agente público incompetente editou um ato administrativo. Posteriormente, a autoridade superior identificou o vício do ato praticado. Em relação ao regime jurídico dos atos administrativos e ao caso narrado, assinale a afirmativa correta.

- A) O vício em tela se enquadra na denominada teoria do *détournement de pouvoir*.
- B) Se o ato viciado for editado no exercício da competência discricionária, a convalidação será facultativa.
- C) O vício em questão não é, em tese, passível de convalidação, já que se refere ao elemento da competência. TUNC
- D) A decretação de nulidade do ato viciado necessariamente gerará, em razão do princípio da segurança jurídica, efeitos *ex-nunc*.
- E) Todo ato viciado será, diante do Direito Administrativo, conforme doutrina majoritária, necessariamente *auto*, por sempre violar o interesse público. ↳ pode ser anulável

Questão 43

No que concerne à responsabilidade civil do Estado, analise as afirmativas a seguir.

- I. A responsabilidade das concessionárias prestadoras de serviço público ocorre na modalidade objetiva nas hipóteses em que o dano é causado a um usuário do serviço. Nos casos em que o lesado é um não usuário, a responsabilidade das concessionárias depende da comprovação de dolo ou culpa (modalidade subjetiva).
- II. Conforme o Supremo Tribunal Federal (STF), é possível ajuizar ação de indenização em face do próprio Estado ou do agente público gerador do dano. Isso decorre da teoria da dupla garantia, já que se confere à vítima a possibilidade de demandar o Estado, que será sempre solvente, e também diretamente aquele que causou o dano.
- III. É objetiva a responsabilidade civil do Estado em relação a profissional da imprensa ferido por agentes policiais durante cobertura jornalística, em manifestações em que haja tumulto ou conflitos entre policiais e manifestantes. No entanto, cabe a excludente da responsabilidade da culpa exclusiva da vítima, nas hipóteses em que o profissional de imprensa descumprir ostensiva e clara advertência sobre acesso a áreas delimitadas, em que haja grave risco à sua integridade física.

Está correto o que se afirma apenas em

- A) II.
 B) III.
 C) I e II.
 D) I e III.
 E) II e III.

Questão 44

Acerca do instituto da alienação fiduciária de bens móveis, assinale a alternativa correta à luz da jurisprudência do Supremo Tribunal de Justiça (STJ).

- A) A comprovação da mora é imprescindível à busca e apreensão do bem alienado fiduciariamente.
- B) O contrato de alienação fiduciária em garantia não pode ter por objeto bem que já integrava o patrimônio do devedor.
- C) A notificação destinada a comprovar a mora nas dívidas garantidas por alienação fiduciária dispensa a indicação exata do valor do débito.
- D) A purga da mora, nos contratos de alienação fiduciária, só é permitida quando já pagos pelo menos quarenta por cento do valor financiado.
- E) A comprovação da mora nos contratos garantidos por alienação fiduciária depende do envio de notificação extrajudicial ao devedor, sendo imprescindível a prova de que foi recebida pessoalmente pelo destinatário.

Questão 45

João e Ana se casaram sob o regime de comunhão universal de bens, adquirindo juntos um imóvel residencial durante o casamento. No início de 2009, após enfrentarem diversas divergências, eles decidiram pelo divórcio. Durante o processo, não conseguiram chegar a um acordo sobre a divisão do referido imóvel. Diante disso, o Juiz decretou o divórcio, mas deixou a partilha do bem para ser resolvida posteriormente. Em dezembro de 2018, João retornou à cidade onde residiam e ingressou com ação judicial para promover a partilha do imóvel. Considerando a situação hipotética, é correto afirmar que:

- A) A prescrição da pretensão é de cinco anos.
- B) A prescrição da pretensão é de dez anos.
- C) A prescrição da pretensão é de quinze anos.
- D) A prescrição da pretensão é de vinte anos.
- E) A pretensão não está sujeita a prazo prescricional.

Questão 46

Carla, grávida de seu primeiro filho, procurou atendimento na Clínica Vida devido a fortes dores abdominais. Foi submetida a uma cesariana realizada pela médica Vanessa, funcionária desse estabelecimento de saúde. Dias depois, o bebê faleceu, e ficou constatado que o óbito ocorreu por erro médico da profissional. Carla e seu marido, Ricardo, ajuizaram ação de indenização por danos morais e materiais, sob a forma de pensão mensal, contra a clínica. Em contestação, a ré alegou que agiu corretamente. Durante o processo, o perito judicial concluiu que houve erro médico. Não houve prova testemunhal. As partes reiteraram suas argumentações nas alegações finais. Processo pronto para julgamento. Considerando a situação hipotética apresentada, assinale a afirmativa correta.

- A) Não é possível o pensionamento em favor dos pais de um recém-nascido.
- B) Apenas é cabível pensão se os pais estiverem exercendo atividade laborativa remunerada no momento da morte de seu filho.
- C) O direito à indenização por danos morais não se transmite com o falecimento do titular, no caso, o recém-nascido, por ser direito personalíssimo.
- D) A pensão é devida aos pais, cujo termo final será a data em que a vítima completaria a idade correspondente à expectativa média de vida do brasileiro, segundo a Tabela do IBGE, ou o momento do falecimento dos beneficiários.
- E) A pensão é cabível e deverá ser paga aos pais no valor de um terço do salário mínimo a partir do momento em que o recém-nascido completaria quatorze anos, aumentando para dois terços na data em que completaria vinte e cinco anos de idade.

Questão 47

Em ação monitória, a citação feita à pessoa jurídica, através da via postal, gerou retorno com a indicação de endereço não encontrado. A parte autora, frente à infrutífera citação pelo correio, e convicta de que o endereço estava correto, requereu em juízo a citação por Oficial de Justiça. O Juiz indeferiu o pedido indicando que o correto seria a citação por edital, uma vez que os Correios já informaram que o endereço não foi encontrado. Sobre o caso narrado, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

- () O Juiz não pode determinar a citação por edital antes de esgotados outros meios possíveis para localizar o réu. No caso, minimamente, deveria ser feita a tentativa de citação por Oficial de Justiça antes da providência por edital.
- () Caso fosse efetivada a citação por Oficial de Justiça, o réu não poderia suscitar nulidade alegando que não recebeu a citação. Os atos praticados e certificados por Oficial de Justiça possuem presunção de veracidade.
- () Supondo que tenha sido efetivada a citação por Oficial de Justiça, recebida pelo diretor geral – pessoa indicada pelo autor enquanto responsável legal – não tendo este feito qualquer ressalva ao recebê-la e não possuindo poderes para esse ato, pelo estatuto social, a citação, segundo entendimento jurisprudencial, é nula.

A sequência está correta em

- A) V, V, V.
- B) V, F, F.
- C) F, V, F.
- D) F, F, V.
- () E) V, V, F.

Questão 48

Juiz de Direito ordenou a citação de Pedro Eustáquio Romanino Sobrinho, para determinado processo judicial, através de Oficial de Justiça. O Oficial dirigiu-se ao endereço indicado para a citação, qual seja Rua 1, número 11, apartamento 111, Bairro 01, em determinada cidade. Chegando ao local, o Oficial constatou que no endereço em questão existem 3 torres de apartamentos, todas elas com apartamento 111, diferenciadas pela indicação complementar de letras – logo, 111-A; 111-B; e 111-C. Com o intuito de cumprir a diligência ordenada, e na falta de porteiro, bateu à porta apartamento 111-A procurando pelo Sr. Pedro Eustáquio. Nesse apartamento disseram que ele residia no apartamento 111-C. Prosseguindo na diligência, bateu à porta do apartamento 111-C e foi atendido. Identificou-se e foi permitida sua entrada no local. Chegando ao apartamento, constatou que o Sr. Pedro Eustáquio estava em estado de clara confusão mental e foi informado de que ele apresentava quadro de *Alzheimer* avançado e não entendia o que acontecia a sua volta, o que foi efetivamente percebido pelo Oficial de Justiça. A pessoa que estava no local, acompanhando o Sr. Pedro Eustáquio, se apresentou como sua cuidadora, Heloisa Maria Simone da Fonseca, informou que não sabia se o enfermo havia sido interditado pelos parentes ou não e que quem vivia na casa com ele era sua filha, Denise Romanino, que estava trabalhando naquele horário. Considerando o que foi narrado, o Oficial:

- A) Agiu corretamente ao determinar qual dos apartamentos era o endereço certo e deve informar o fato ao Juiz. Caso a filha estivesse em casa, o procedimento que deveria tomar é o de proceder à citação entregando essa à filha e informar ao Juiz que foi feita na pessoa da responsável legal pelo citando, informando que constatou que ele era incapaz.
- B) Não agiu corretamente ao procurar a complementação certa do endereço do indivíduo a ser citado. O fato de ter feito a citação em endereço diferente do que consta no mandato, ainda que a diferença seja apenas de individualização da torre na qual o apartamento se encontra, é motivo reconhecido de nulidade de citação. Deveria indicar o fato ao Juiz e pedir que esse esclarecesse o endereço completo, para apenas depois proceder à citação.
- () C) Agiu corretamente ao determinar qual dos apartamentos era o endereço certo e deve informar o fato ao Juiz. Não deve proceder a citação de Pedro Eustáquio e deve descrever e certificar a situação e o estado em que o encontrou para o Juiz. Deverá também descrever e certificar as informações que recebeu sobre o estado de saúde do indivíduo, bem como a indicação de que vive com a filha, declinando o nome dessa, conforme informado pela cuidadora, indicando a fonte da informação.
- D) Agiu corretamente ao determinar qual dos apartamentos era o endereço certo e deve informar o fato ao Juiz. Não deve proceder à citação do Sr. Pedro Eustáquio, limitando-se a informar e certificar ao Juiz que o citando é incapaz. Não cabe, neste caso, qualquer descrição complementar da ocorrência ou da fonte de informação sobre a capacidade, visto que a observação foi direta. Não sendo relevante, inclusive, a informação sobre com quem o citando reside, pois não cabe ao Oficial de Justiça fazer o trabalho que é de interesse de parte processual.
- E) Agiu corretamente ao determinar qual dos apartamentos era o endereço certo e deve informar o fato ao Juiz. Deve entregar a citação à cuidadora, informando que essa deve repassá-la ao responsável legal pelo Sr. Pedro Eustáquio. *Ipsa facto*, deve descrever e certificar a situação e estado em que o encontrou e as informações que recebeu sobre o estado de saúde do indivíduo, bem como a informação de que vive com a filha, indicando o nome dessa, conforme informado pela cuidadora, indicando a fonte da informação e que procedeu à citação entregando-a em mão à cuidadora.

CONCURSO PÚBLICO – Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia

Questão 49

Péricles, residente em Porto Velho, ingressou com uma ação de cobrança contra Marcília, que mora em Ji-Paraná/RO, em razão de um contrato firmado entre as partes. O contrato prevê que qualquer litígio será resolvido no foro da Comarca de São Paulo/SP. Péricles, no entanto, ajuizou a demanda na comarca de Porto Velho/RO, onde ele reside, sustentando que seria mais conveniente para ele litigar onde reside. Marcília, ao ser citada, não apresentou contestação no prazo legal e foi declarada revel. Considere que o contrato entre as partes é um contrato particular comum, relativo a direitos disponíveis e não atrelado a qualquer direito consumerista. Considerando o caso narrado e as normas de competência no Código de Processo Civil, assinale a afirmativa correta.

- A) A competência do juízo de Porto Velho é relativa, mas, como Marcília não contestou a ação, houve a prorrogação da competência, tornando válido o processamento da demanda neste foro.
- B) O juízo de Porto Velho é absolutamente incompetente para a demanda, uma vez que existe cláusula de eleição de foro, estabelecendo o foro da cidade de São Paulo enquanto o competente para o feito.
- C) O juízo de Porto Velho deveria, *ex officio*, remeter os autos para a comarca de São Paulo, em razão da existência de cláusula válida de eleição do foro, uma vez que a competência é absoluta, inderrogável, e trata-se de questão de ordem pública.
- D) Péricles possui a prerrogativa legal, em respeito ao princípio constitucional de acesso à justiça, de promover a ação no foro da sua residência, ainda que válida a cláusula de eleição de foro, sendo essa a regra processual válida ao caso concreto.
- E) Uma vez que a competência territorial é, por regra, relativa, a existência de cláusula de eleição de foro é irrelevante ao caso, sendo direito de Péricles escolher onde deseja processar a lide e, ainda que não fosse revel, Marcília não poderia arguir a incompetência do juízo de Porto Velho.

Questão 50

Elis, funcionária pública, entende existir uma inconstitucionalidade em uma norma legal aplicável, em abstrato, a todos os funcionários públicos, a qual, inclusive, está restringindo um direito seu, bem como potencialmente de outros servidores atuais e futuros que se encontram na mesma situação fática. A funcionária já fez os devidos questionamentos administrativos e teve negado seu pleito, em todas as instâncias, pelo fato de o Estado entender que a norma é legal e legítima. Não conformada, deseja que sejam tomadas as medidas judiciais cabíveis, para que cessem os efeitos da dita norma em relação aos direitos que entende violados. De acordo exclusivamente com as informações do caso narrado e, ainda, que sejam cumpridas as exigências legais pertinentes em cada caso, seriam legitimados a propor ação individual ou coletiva que possa gerar o resultado pretendido por Elis:

- I. Defensoria Pública.
- II. Ministério Público.
- III. Advocacia Pública.

Está correto o que se afirma em

- A) I, II e III.
- B) I, apenas.
- C) II, apenas.
- D) I e II, apenas.
- E) I e III, apenas.

Questão 51

Jorge está em batalha judicial com sua ex-companheira, de quem está se divorciando. No processo judicial pertinente, onde se discute a divisão de bens, Jorge pediu que seja feito o arrolamento dos bens para a garantia da efetividade do processo judicial, em especial um determinado quadro de um pintor famoso, que garante a residência a qual dividia com ela e na qual ela ainda se encontra residindo. A justificativa apresentada para a medida é de que a ex-companheira ameaçou, de forma expressa, que iria sumir com o quadro, não permitindo que fique com o ex-companheiro. Assim, considerando que é objeto de discussão processual em ação de divórcio, em andamento, Jorge busca que esse seja protegido, junto dos demais bens comuns do casal que permanecem na casa, para serem entregues a quem de direito ao final do processo. Ao analisar o caso em questão, podemos afirmar que a natureza jurídica da medida de urgência pleiteada e o caráter de tal medida, respectivamente, são:

- A) Cautelar e incidental.
- B) Antecipatória e incidental.
- C) De evidência e preparatória.
- D) Antecipatória e preparatória.
- E) Cautelar e autônoma, em novo processo não relacionado ao original.

CONCURSO PÚBLICO – Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia

Questão 52

Em determinada ação de indenização por danos materiais, o autor alegou ter sofrido danos em decorrência de má execução de um contrato, pedindo indenização no valor de R\$ 100.000,00 pelos danos que listou e juntou documentos comprovando. O réu compareceu em juízo, apresentou contestação e provas. Nenhuma das partes requereu produção de prova que não a documental já juntada na inicial e na contestação. O Juiz, por essa razão, decidiu realizar o julgamento antecipado da lide, justificando que a questão era exclusivamente de direito. Na sentença, condenou o réu ao pagamento de R\$ 50.000,00 de indenização, reconhecendo o dano material sofrido e arbitrando o valor sem indicar quais danos foram reconhecidos pelo julgador e quais danos não foram reconhecidos, para efeitos de cálculo do valor de condenação. Considerando o caso narrado, marque **V** para as afirmativas verdadeiras e **F** para as falsas.

- (F) O único recurso cabível às partes é a Apelação. Não é útil a qualquer das partes e não seria conhecido, no caso, embargos de declaração, uma vez que o valor de condenação arbitrado está dentro da prerrogativa do Juiz de livre convencimento, não havendo necessidade de indicar quais danos especificamente reconheceu para arbitrar o valor.
- (F) O Juiz não deveria ter realizado o julgamento antecipado da lide. Provas documentais não são suficientes para a comprovação de dano material, visto que o caso requer, em abstrato, que o Juiz ordene a produção de outras provas, ainda que não requeridas pelas partes.
- (F) O processo em questão, por específico mandamento legal, não pode ser objeto de julgamento antecipado da lide, uma vez que o rol de hipóteses legais para tanto é taxativo e não especifica o caso narrado.
- () É caso de julgamento antecipado da lide e a medida está correta. O recurso correto ao caso é o de embargos de declaração em primeiro momento, e caso mantida a não fundamentação da sentença no que cerne à especificação dos danos reconhecidos, seria o caso de agravo de instrumento para obrigar à fundamentação da sentença.

A sequência está correta em

- ~~A) V, V, V, V.~~
- ~~B) F, V, F, V.~~
- ~~C) F, F, V, F.~~
- ~~D) V, F, F, V.~~
- E) F, F, F, F.

Questão 53

Durante o estado de calamidade pública decretado em decorrência de uma pandemia, foi promulgada a Lei X, com vigência temporária, que tipificava como crime a elevação abusiva de preços de produtos essenciais à saúde pública. João, comerciante, praticou tal conduta enquanto a lei estava em vigor, mas sua denúncia ocorreu após o término da vigência da referida norma. Com base nos princípios que regem a lei penal excepcional e temporária e na contagem de prazo penal, assinale a afirmativa correta.

- ~~A) João não poderá ser processado, pois, com o término da vigência da lei temporária, não há mais respaldo jurídico para a persecução penal.~~
- ~~B) A contagem do prazo de vigência da lei temporária inclui o primeiro dia e exclui o último, sendo possível aplicá-la a condutas que ocorram fora desse intervalo.~~
- C) O término da vigência da lei temporária não afeta a responsabilidade penal de João, pois as leis temporárias produzem efeitos retroativos em relação às condutas praticadas durante sua vigência. ✓
- ~~D) As leis temporárias e excepcionais regem os fatos praticados durante sua vigência, mesmo após cessarem os motivos que justificaram sua criação, mantendo a responsabilidade penal de João.~~
- ~~E) A responsabilidade penal de João subsiste apenas se a denúncia for oferecida durante a vigência da lei temporária, pois o encerramento de sua vigência extingue automaticamente sua aplicação.~~

Questão 54

Carlos foi condenado pelo crime de furto qualificado (Art. 155, §4º, do Código Penal) por ter subtraído cabos de cobre de uma obra abandonada, cujo valor total foi estimado em R\$ 500,00. Durante a instrução processual, ficou comprovado que Carlos se encontrava em situação de vulnerabilidade social extrema e utilizava os cabos para revenda e posterior compra de alimentos. Apesar disso, o juízo de primeiro grau entendeu que, sendo o furto qualificado um crime formal, o princípio da insignificância não seria aplicável. Em sede de apelação, o Tribunal de Justiça reformou a sentença, aplicando o princípio da intervenção mínima e reconhecendo a ausência de relevância material do fato, declarando Carlos absolvido. Inconformado, o Ministério Público recorreu ao Superior Tribunal de Justiça (STJ), argumentando que a aplicação de princípios implícitos, como o da insignificância, violaria o princípio da legalidade. Com base na situação hipotética e nos princípios aplicáveis ao Direito Penal, assinale a afirmativa correta.

- A) A jurisprudência do STJ não admite o princípio da insignificância em crimes qualificados ou em situações em que a subtração de bens gere qualquer prejuízo ao titular do bem jurídico protegido.
- B) O princípio da legalidade impede a aplicação do princípio da insignificância a crimes formalmente tipificados, como o furto qualificado, devido à ausência de previsão legal expressa no Código Penal.
- C) A aplicação do princípio da insignificância está condicionada à análise do elemento subjetivo do agente, como a sua situação de vulnerabilidade social, sendo inócua a análise da lesão ao bem jurídico protegido.
- D) O princípio da intervenção mínima não se aplica a crimes qualificados, pois, nesses casos, o legislador já indicou um maior grau de reprovabilidade da conduta, excluindo a possibilidade de afastar a tipicidade material.
- E) O princípio da intervenção mínima fundamenta a aplicação do princípio da insignificância, que é admitido tanto pela doutrina quanto pela jurisprudência como causa de exclusão da tipicidade material, desde que presentes requisitos objetivos e subjetivos.

Questão 55

Marcos, cidadão brasileiro, cometeu, em território estrangeiro, o crime de tráfico internacional de drogas, sendo preso naquele país. Após cumprir integralmente a pena imposta no estrangeiro, retorna ao Brasil. No momento do desembarque, autoridades brasileiras tomam conhecimento do fato e instauram inquérito policial para apuração. Com base no Código Penal brasileiro e nos princípios aplicáveis à extraterritorialidade, assinale a afirmativa correta.

- A) A lei penal brasileira não poderá ser aplicada, pois o fato ocorreu integralmente fora do território nacional, ficando restrita à soberania do país estrangeiro.
- B) Marcos não poderá ser punido no Brasil pelo mesmo fato, uma vez que já cumpriu integralmente a pena no estrangeiro, aplicando-se o princípio do *ne bis in idem*.
- C) A extraterritorialidade da lei penal brasileira é aplicada no caso, mas o tempo de pena cumprido no estrangeiro será abatido da pena eventualmente aplicada no Brasil.
- D) A lei penal brasileira não pode ser aplicada em crimes de tráfico de drogas praticados fora do território nacional, mesmo que o Brasil seja signatário de tratados internacionais sobre o tema.
- E) Marcos poderá ser processado e punido no Brasil, desde que o crime de tráfico de drogas também seja previsto como crime no país onde foi praticado, e o Brasil tenha solicitado sua extradição.

Questão 56

Roberto foi acusado de emitir um cheque sem fundos como pagamento por mercadorias adquiridas de um fornecedor. Após a denúncia, foi instaurado um inquérito policial para apurar os fatos. Durante as investigações, o Delegado colheu documentos e depoimentos que indicaram que a devolução do cheque ocorreu devido a um erro bancário e que o valor havia sido quitado por outros meios. Ao concluir que a conduta de Roberto não configurava crime, mas apenas um conflito de natureza civil, o Delegado elaborou um relatório final recomendando a extinção do inquérito policial por ausência de indícios de prática de ilícito penal. Nesse caso, com base no disposto no Código de Processo Penal e no entendimento dos Tribunais Superiores, o Delegado de Polícia deverá

- A) Solicitar ao Juiz criminal a homologação de sua decisão de arquivamento do inquérito policial.
- B) Encerrar o inquérito policial e arquivar os autos, comunicando diretamente à vítima e ao investigado.
- C) Encerrar o inquérito sem qualquer comunicação adicional, pois o relatório final é suficiente para a conclusão do procedimento.
- D) Notificar as partes diretamente para que apresentem suas alegações finais antes de remeter o inquérito à autoridade competente.
- E) Enviar os autos ao Ministério Público, acompanhado de relatório circunstanciado, sugerindo o arquivamento, pois não cabe ao Delegado decidir pelo término definitivo do inquérito.

Questão 60

Durante a tramitação de um processo penal em que João foi denunciado pelo crime de estelionato (Art. 171 do Código Penal), o Juiz responsável pela condução do feito constatou que a vítima era sócia de sua esposa em um empreendimento comercial. Após tomar ciência do fato, o magistrado não se declarou impedido ou suspeito, alegando que a relação societária não afetava sua imparcialidade. A defesa de João, ao perceber o vínculo entre o Juiz e a vítima, apresentou exceção de impedimento com base no Art. 252, inciso IV, do Código de Processo Penal (CPP). Diante dessa situação, com base no ordenamento jurídico brasileiro e no entendimento dos Tribunais Superiores, assinale a alternativa correta.

- A) O Juiz deveria ter se declarado ~~impedido~~^{suspeito}, pois o vínculo entre sua esposa e a vítima configura causa de impedimento, conforme o Art. 252, IV, do CPP.
- B) A exceção de impedimento deve ser rejeitada, pois a imparcialidade do magistrado só seria comprometida em caso de vínculo direto entre o Juiz e a vítima.
- C) A relação entre a esposa do Juiz e a vítima não configura hipótese de ~~impedimento~~ ou suspeição, sendo desnecessária qualquer manifestação sobre o fato.
- D) O Juiz deveria se declarar ~~impedido~~ apenas se houvesse prova de que o vínculo entre sua esposa e a vítima influenciou diretamente sua atuação no processo.
- E) O vínculo entre a esposa do Juiz e a vítima caracteriza suspeição, e o Juiz deveria se declarar suspeito, nos termos do Art. 145 do CPC, aplicado subsidiariamente ao processo penal.

ATENÇÃO



NÃO é permitida a anotação das respostas da prova em nenhum meio.
O candidato flagrado nessa conduta poderá ser eliminado do processo.

CONCURSO PÚBLICO – Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia

Questão 57

Durante a investigação de um crime de roubo majorado (Art. 157, §2º, II, do Código Penal), José foi detido em flagrante logo após subtrair os pertences de uma vítima mediante grave ameaça, utilizando arma de fogo. Após a lavratura do auto de prisão em flagrante, o Ministério Público solicitou a conversão da prisão em flagrante em prisão preventiva, argumentando que José possui antecedentes criminais por crimes contra o patrimônio e que sua liberdade poderia representar risco à ordem pública. O Juiz, ao decidir sobre o caso, verificou que José é primário, possui residência fixa e emprego formal. Apesar disso, o magistrado acolheu o pedido de prisão preventiva, sustentando que a gravidade abstrata do delito justifica a medida. Diante do exposto, com base no ordenamento jurídico brasileiro e no entendimento dos Tribunais Superiores, a decisão do Juiz está:

- A) Incorreta, pois a prisão preventiva não é cabível para crimes contra o patrimônio, salvo em caso de reincidência.
- B) Correta, pois a gravidade do crime de roubo majorado justifica, por si só, a decretação da prisão preventiva para garantir a ordem pública.
- C) Incorreta, pois a existência de residência fixa e emprego formal impede a decretação da prisão preventiva, ainda que preenchidos outros requisitos.
- D) Correta, pois a utilização de arma de fogo no cometimento do crime caracteriza risco presumido à ordem pública, autorizando a decretação da prisão preventiva.
- E) Incorreta, pois a prisão preventiva só pode ser decretada quando houver elementos concretos que demonstrem risco efetivo à ordem pública ou à aplicação da lei penal, não sendo suficiente a gravidade abstrata do crime.

Questão 58

Manoel foi denunciado pela prática de furto qualificado, conforme o Art. 155, § 4º, II, do Código Penal. Após o recebimento da denúncia, foi expedido mandado de citação. O Oficial de Justiça certificou que Manoel não foi encontrado no endereço informado nos autos e que não havia indícios de sua residência ou paradeiro atual. Após tentativas infrutíferas de localização por meio de diligências complementares, incluindo consultas a bancos de dados oficiais, o juízo determinou sua citação por edital, com fundamento no Art. 361 do Código de Processo Penal (CPP). Decorrido o prazo do edital sem manifestação do réu, foi decretada a suspensão do processo, nos termos do Art. 366 do CPP. Analise a narrativa à luz do ordenamento jurídico brasileiro e do entendimento dos Tribunais Superiores e assinale a afirmativa correta, considerando a validade dos atos processuais realizados.

- A) A citação por edital foi inválida, pois o CPP exige a tentativa de citação com hora certa antes de determinar o edital.
- B) A citação por edital foi inválida, pois o Juiz deveria ter determinado a intimação de parentes ou vizinhos do réu antes de utilizar esse método.
- C) A citação por edital foi válida, mas deveria ter sido decretada a revelia do réu, nos termos do Art. 367 do CPP, já que foram esgotados os meios de localização.
- D) Tanto a citação por edital quanto a suspensão do processo foram inválidas, pois a ausência de ciência efetiva do réu compromete o contraditório e a ampla defesa.
- E) A citação por edital foi válida, e a suspensão do processo foi corretamente decretada, nos termos do Art. 366 do CPP, considerando a ausência de ciência efetiva do réu.

Questão 59

Carlos foi vítima de lesão corporal leve (Art. 129 do Código Penal) durante uma discussão em via pública com Roberto. O inquérito policial foi instaurado para apurar os fatos, e a autoridade policial concluiu a investigação no prazo de dez dias. Durante o curso do inquérito, Carlos foi formalmente ouvido e manifestou seu desejo de que Roberto fosse processado, assinando a documentação necessária perante a autoridade policial. Após o envio do inquérito ao Ministério Público, o Promotor de Justiça ofereceu denúncia. No entanto, Carlos decidiu ingressar com queixa-crime contra Roberto, alegando ser o titular da ação penal. Considerando o caso hipotético, assinale o correto entendimento sobre o tipo de ação penal cabível, sua titularidade e os procedimentos aplicáveis, com base no ordenamento jurídico brasileiro e no entendimento dos Tribunais Superiores.

- A) A ação penal cabível no caso é pública incondicionada, mas Carlos poderia ingressar com queixa-crime subsidiária em caso de inércia do Ministério Público, o que não ocorreu neste caso.
- B) O Ministério Público é o único legitimado para propor ação penal, sendo inaplicável a queixa-crime na hipótese de lesão corporal leve, pois trata-se de ação penal pública incondicionada.
- C) O Ministério Público agiu corretamente ao oferecer a denúncia, pois trata-se de ação penal pública condicionada à representação, já formalizada por Carlos no curso do inquérito policial. ✓
- D) Lesão corporal leve é de ação penal privada, cabendo exclusivamente à vítima ou a seu representante legal o oferecimento da queixa-crime, razão pela qual o procedimento do Ministério Público foi irregular.
- E) Carlos é o titular da ação penal, e o Ministério Público não poderia ter oferecido denúncia sem a representação da vítima, considerando que lesão corporal leve é de ação penal pública condicionada à representação.



PROVA DISCURSIVA

ORIENTAÇÕES GERAIS

- A Prova Discursiva, de caráter eliminatório e classificatório, é constituída de uma questão discursiva versando sobre estudo de caso acerca de tema de conhecimentos específicos. Será avaliada de zero a cinquenta pontos.
- A resposta deverá ser manuscrita em letra legível, com caneta esferográfica de tinta azul ou preta, não sendo permitida a interferência e/ou a participação de outras pessoas.
- A Prova Discursiva terá extensão mínima de vinte linhas e máxima de trinta linhas. Será penalizado o candidato que não obedecer aos limites de número de linhas definidos.
- Haverá desconto de dois pontos por linha aquém do mínimo estipulado.
- Será desconsiderado, para fins de avaliação, qualquer texto que exceda o máximo de linhas estipulado ou que seja escrito fora do formulário próprio fornecido.
- O candidato receberá nota zero na Prova Discursiva: no caso de não haver texto; cujo conteúdo versar sobre tema diverso do estabelecido; que fuja da tipologia, tema e proposta da prova; considerada ilegível ou desenvolvida em forma de desenhos, números, versos, com espaçamento excessivo entre letras, palavras e parágrafos, bem como em códigos alheios à língua portuguesa escrita, ou em idioma diverso do Português; que não for redigida com caneta de tinta azul ou preta; cujo texto seja, no todo ou em parte, cópia, transcrição ou plágio de outro autor; e que apresentar qualquer escrita, sinal, marca ou símbolo que possibilite a identificação do candidato.
- Para efeito de avaliação da Prova Discursiva serão considerados os seguintes elementos:

CRITÉRIOS	PONTUAÇÃO
(A) ASPECTOS MACROESTRUTURAIS	40 pontos
ABORDAGEM DO TEMA E DESENVOLVIMENTO DO CONTEÚDO	
Neste critério serão avaliados: Pertinência de exposição relativa ao problema, à ordem de desenvolvimento proposto e ao padrão de resposta, conforme detalhamento a ser oportunamente publicado.	
(B) ASPECTOS MICROESTRUTURAIS	10 pontos
Indicação de um erro para cada ocorrência dos tipos a seguir:	
1. Conectores (sequenciação do texto). 2. Correlação entre tempos verbais. 3. Precisão vocabular. 4. Pontuação. 5. Concordância nominal e verbal. 6. Regência nominal e verbal. 7. Colocação pronominal. 8. Vocabulário adequado ao texto escrito. 9. Ortografia. 10. Acentuação.	
OBSERVAÇÕES QUANTO AOS CRITÉRIOS DE CORREÇÃO:	
1. A cada erro textual referente aos aspectos microestruturais ocorrerá o decréscimo de 0,5 ponto, até o limite de 10 pontos.	
2. O padrão de resposta será divulgado com o resultado preliminar da Prova Discursiva.	

A partir da posse, determinado analista judiciário ficou lotado em uma vara cível na comarca do município de Porto Velho, onde seria responsável, entre outras atividades, pelas comunicações dos atos processuais. Considerando que o analista judiciário era recém-empossado, ele apresentava algumas dúvidas. Tendo em vista os questionamentos, responda:

- A) Com relação às comunicações por meio das cartas, quais são previstas pelo Código de Processo Civil (CPC) e quando terá lugar cada uma delas?
- B) Quais os conceitos de citação e intimação? Qual a diferença entre eles?
- C) Em matéria de citação, qual a atual forma preferencial de sua ocorrência? Qual o prazo para que ocorra? Quando essa forma não terá lugar?
- D) Em caso de falha na forma indicada na alínea C, quais as outras formas de citação indicadas pelo CPC?

- A) PRECATÓRIA, ROGATÓRIA E DE ORDEM
- B) CITAÇÃO, 1 VEZ.
- C) ELETRÔNICO, CNT, 3 dias da decisão que *determinar. Força legal antes de intimação, intimado em 3º*
- D) *convênio, oficial de justiça, edital, cartas previstas em lei*